

Opinião Econômica: 'Meio brinde'

Benjamin Steinbruch

Durante os nove meses de crise, o BC agiu sem revelar maior preocupação com a deterioração econômica

PARA QUEM combate regularmente a política de juros estratosféricos adotada há décadas no país, seria injusto deixar de reconhecer que vivemos na semana passada um momento histórico nessa matéria.

Pela primeira vez desde que foi criada a taxa básica de juros conhecida pelo nome de Selic -que, aliás, significa Sistema Especial de Liquidação e Custódia, se é que alguém ainda se lembra-, ela ficou abaixo de 10% ao ano. O Banco Central cortou a taxa de 10,25% para 9,25%, numa decisão que, de forma inusitada, surpreendeu o mercado, que esperava por um corte de apenas 0,75

ponto percentual.

Juros de um dígito são muito bem-vindos ao país, uma grata novidade. Mas daí a achar que está tudo bem com a política de juros vai uma grande distância. Por várias razões.

Foi e continua sendo muito lenta a reação da política monetária brasileira à tensão global. Chegamos a esse nível de um dígito nove meses depois do epicentro da crise, em setembro do ano passado. Enquanto isso, todos os bancos centrais importantes derrubaram suas taxas para níveis próximos de zero e já começam até a alterar suas políticas -no dia 4, o Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 1% ao ano, atitude semelhante à do Banco da Inglaterra, que continuou com 0,5% ao ano.

Os juros reais no Brasil ain-

da estão em terceiro lugar no ranking mundial das taxas mais altas, atrás apenas de China e de Hungria. Aqui, a despeito do corte tido como surpreendente da semana passada, a taxa real ainda é estimada em 5% ao ano. Uma interessante tabela publicada pela "Folha" (11/6/2009, página B1) mostra que, para estimular a economia, pelo menos 15 países adotam taxas de juros reais negativas, entre eles Índia, Israel, Inglaterra, Chile, México e Coreia do Sul.

A lentidão na redução dos juros, além de colaborar para encarecer os investimentos e a atividade produtiva em geral durante a crise, teve e continua tendo efeito perverso no câmbio. É inegável que parte da atual apreciação do real, como já ocorreu em 2007 e em 2008, provém da diferença enorme entre os juros locais e os externos. Outra parte tem a ver com os bons fundamentos da eco-

nomia brasileira.

Os juros para os tomadores continuam muito elevados. Para as empresas, embora tenha havido queda constante nas taxas, os níveis cobrados ainda se encontram acima do verificado antes da crise de setembro. A taxa média para empréstimos de capital de giro, por exemplo, segundo o Banco Central, está em 34,5% ao ano, acima dos 33,6% de setembro. Essas taxas não guardam relação com a Selic. Basta observar que, em setembro de 2007, quando a Selic estava em 11,25%, os juros médios para capital de giro situavam-se em 28%.

Durante os nove meses de crise, a autoridade monetária agiu sem demonstrar maior preocupação com a deterioração rápida da atividade econômica. A economia brasileira encolheu 4,5% nos dois últimos trimestres. O Banco Central autônomo, sem dúvida, exige um índice muito

maior de transparência sobre as decisões colegiadas. Como sugeriu o professor Delfim Netto, cada diretor deveria ser levado a justificar seu voto, por escrito, para que as decisões sobre juros, tão relevantes para o país, pudessem ser analisadas e criticadas.

Por tudo isso, apesar da medida surpreendente do Banco Central, a política de juros ainda não merece um brinde. Talvez mereça um 'meio brinde'.

Artigo fornecido pela Folhapress

BENJAMIN STEINBRUCH, 55, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Concordata da GM norte-americana, o fim de uma era

James Womack e José Roberto Ferro

O pedido de concordata da GM marca o fim de uma era. A primeira empresa verdadeiramente moderna, gerenciada com base em números, criada por Alfred Sloan em 1920, foi enterrada como um conceito viável.

Mas o que vem a seguir? Trata-se de uma pergunta importante tanto para a GM como para outras grandes empresas.

No início de 2009, a GM tinha várias fragilidades, tais como dívidas elevadas com pensionistas, produtos pouco competitivos e relação deteriorada com fornecedores. Ao mesmo tempo, apresentava forças poderosas como melhorias em sua produtividade e qualidade, além de progressos na melhoria do processo de desenvolvimento e em sua administração.

Mas qual o passo seguinte? O que vai ocorrer com essa empresa no futuro?

A concordata deve redefinir os rumos da GM. Os custos trabalhistas tendem a ser reequacionados em bases mais modestas, e a proliferação de marcas e modelos reduzida a níveis mais administráveis. Mas isso basta para recuperar a empresa?

Conhecida historicamente por ter criado valor aos clientes americanos e mundiais com a política de "um carro para cada bolso" - uma estratégia brilhante de preço, características funcionais, design etc. que atraíram os consumidores dos mais diversos extratos

sociais -, resta à GM agora saber como vai atrair novamente os consumidores que ela recentemente reconheceu publicamente ter desapontado.

Seria fácil culpar as recentes administrações da GM por suas dificuldades. São pessoas competentes, muitos passaram pelo Brasil, com sólida for-



mação em finanças e que produziram resultados por décadas.

A questão central é a concepção equivocada do papel da administração. Não há mais dúvida sobre o poder do sistema de gestão Lean. A GM estava tendo progressos significativos nessa direção exatamente no momento em que entrou em colapso causado pela recessão mundial.

Não há dúvida que nos próximos anos a empresa continuará abraçando os conceitos Lean, como sabemos, mais fáceis em teoria do que na prática.

A GM pode seguir o caminho de redefinir seu tamanho face à sua nova posição no mercado. Isso recuperaria o valor de suas ações, permitindo ao governo americano um rápido e significativo retorno de seu enorme investimento. Ou tentar maximizar o emprego para contentar os sindicatos norte-americanos. Ou ainda concentrar-se em carros grandes (pick-ups e SUVs) como fonte principal de lucros nos EUA.

Nas próximas semanas deverá ser apresentado um plano mais sólido, para ir além dos últimos planos que simplesmente têm sido a venda de marcas, negócios como Saab, Opel, Saturn, Vauxhall, Hummer, Pontiac etc. Esperamos que agora a empresa redefina seu propósito mais claramente.

Uma orientação em direção a produtos mais amigáveis do meio ambiente tem de ir muito além do Volt, sua primeira iniciativa a ser trazida ao mercado, depois de bilhões de dólares investidos inutilmente em novas tecnologias.

Qualquer que seja a estratégia adotada deve haver um esforço para manter a GM do Brasil, onde a empresa tem se mostrado rentável nestes últimos anos. Mas o impacto das dificuldades na matriz certamente será sentido por aqui. A Opel tende a continuar

sendo o provedor de tecnologia para a GM do Brasil por um bom tempo até que a empresa redefina sua estratégia global, começando dos EUA.

Neste momento, poderíamos estar felizes pelo desenrolar de uma história que temos acompanhado há mais de vinte anos e que imaginávamos qual lado venceria. Em vez disso, devemos ter bastante modéstia para reconhecer que a nossa empresa lean ícone, a Toyota, e seu poderoso sistema de gestão, também têm sofrido por suas definições erradas no passado, mudando o seu propósito de satisfazer os seus clientes para tornar-se a maior, apesar da falta de gerentes e lideranças capazes em nível global. Seu sucesso pode ser uma vitória momentânea se a empresa não retornar à sua essência. Há várias outras montadoras ambicionando assumir a sua posição nos próximos anos.

Embora o movimento Lean possa comemorar a vitória na batalha das idéias, ainda que a maioria dos praticantes ainda não pratique plenamente esses conceitos, somos mais cautelosos. A expansão dos conceitos lean para outros setores e empresas ainda tem muito a progredir, tanto em sua implementação quanto sua sustentação.

JAMES WOMACK é presidente do Lean Enterprise Institute-EUA; e **JOSÉ ROBERTO FERRO** é Presidente do Lean Institute Brasil.

Quatro décadas de poluição e contaminação na Amazônia

Urias Sérgio de Freitas

Quarenta anos fazem muita diferença quando se trata de degradação do meio-ambiente. Na década de quarenta acompanhamos, com o surgimento da segunda grande guerra, a uma transformação tecnológica nunca vista em todo o mundo. Correndo atrás do desenvolvimento de novas armas, as indústrias foram transformadas em fábricas de material bélico e cientistas do mundo inteiro convocados para fazer face à corrida armamentista e o mundo se transformou.

O avanço tecnológico transcendeu ao tempo na corrida contra o relógio e a realidade de hoje, se contada nessa época, seria certamente motivo de risos e de piadas. Ninguém acreditaria!

Sem forçar a natureza, essas transformações, fora os apelos das guerras - ainda que mais lentas - tem nos deixado atônitos, com os terríveis resultados que te-

mos presenciado na mídia, nos tsunames devastadores e tantos outros desequilíbrios que vem ocorrendo na terra, em razão de nossa própria imprudência. E o mais perigoso é exatamente a forma silenciosa do "envenenamento" contínuo da flora, fauna, do ar e de nossos reservatórios naturais de água.

Muito próximo de nós, aqui mesmo na Amazônia, debaixo de nosso nariz, existe hoje uma situação de agressão ao meio ambiente que em nada fica devendo a esses acontecimentos internacionais em importância e representatividade. Trata-se da perigosa agressão ao meio-ambiente, através do uso indiscriminado do mercúrio na exploração do ouro aluvionar.

O ouro em pó é resultante de derrame milenar e se encontra espalhado por toda a região do Tapajós, no Pará, em uma extensão de 188.000 km², e cuja

área geológica chega até ao Apuí, aqui no Amazonas, onde recentemente também encontraram o minério.

Aqui mesmo na Amazônia, debaixo de nosso nariz, existe hoje uma situação de agressão ao meio ambiente que em nada fica devendo a esses acontecimentos internacionais

Desde o início da década de sessenta no ouro é explorado na Amazônia, através de métodos rudimentares e durante todo esse tempo é utilizado o mercúrio para amalgamá-lo e permitir sua exploração. É fácil imaginar o resultado devastador desse acúmulo: No meio da selva, debaixo da copa das árvores -sem que os satélites identifiquem- a terra é removida, revolvida,

os cursos dos igarapés desviados e o meio-ambiente -água, flora, e fauna- contaminado.

Não se trata de "ser contra" a exploração das riquezas minerais em nosso estado, nem em nosso país. No máximo nos permitimos contestar a exportação de minérios "in natura" - sem beneficiamento - o que nada agrega em mão de obra ou estímulo à economia interna do país, servindo apenas para controle (demagógico) dos resultados da balança comercial, além de exaurir nossas reservas.

No caso específico do ouro, o que é condenável é a forma indiscriminada, descontrolada, dessa exploração. Se ela fosse feita de forma organizada, por grupos e empresas mineradoras com o devido controle ambiental -utilizando-se técnicas modernas para a extração do ouro-tudo bem. Seria inclusive uma forma de evitar o contrabando, controlando a produção e a destinação do minério que sai do país.

A situação é muito séria. Estudos recentes e exames laboratoriais atestam inúmeros casos de contaminação por mercúrio em exames de raízes capilares nos cabelos de pessoas residentes em Manaus. O mercúrio, utilizado nos garimpos, em razão da necessidade da água para revolver a terra, acaba nos rios e igarapés, é absorvido pelos peixes que levamos a nossas mesas e que acabam contaminando a população, inerte, sem ter a mínima condição de avaliar o que vem ocorrendo e o risco a que se expõe.

Maiores informações sobre o assunto na segunda edição de meu livro "1.973 -Garimpo do Tapajós - Terra sem lei" (reeditado recentemente).

URIAS SÉRGIO DE FREITAS é presidente da Abese (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança).

FIQUE POR DENTRO

CARGA TRIBUTÁRIA VAI TER ESTE ANO 1ª QUEDA DESDE 2003

A crise econômica deve provocar em 2009 a primeira redução na carga tributária desde 2003, de acordo com previsões da Receita Federal divulgadas ontem. Em 2008, a carga tributária brasileira bateu novo recorde histórico e chegou a 35,8% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo números divulgados ontem pela Receita. O dado compara a arrecadação tributária do ano passado com a soma de todas as riquezas produzidas no país no mesmo período. Neste ano, devem pesar sobre a carga as desonerações promovidas pelo governo federal e a menor lucratividade das empresas.

FRASES

“ Política econômica é navegação, tem que ir navegando. Tem um obstáculo desvia, se não desviar bate mal ”

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ex-presidente da República, sobre a necessidade de o governo administrar, no dia-a-dia, os efeitos da crise mundial no Brasil.

“ Não vejo crise. Não sei como alguém pode tratar de crise uma divergência dentro do Senado ”

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, presidente da República, afirmando que não vê crise no Senado, mas sim uma divergência que será resolvida pela Casa.

“ Vamos ter um crescimento mínimo, zero talvez. É quase certo que haverá uma gritaria por conta disso ”

PAULO BERNARDO, ministro do Planejamento, admitindo a possibilidade de crescimento zero da economia brasileira em 2009.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do Jornal do Commercio. O JdC não se responsabiliza pelo resultado do uso de suas informações em operações financeiras.